

# CONSEQÜÊNCIAS E TENTATIVAS DE DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA FRANÇA ENTRE 1945 E 1981

Prof. Dr. MICHAËL ATTALI

Maître de conférences Grenoble 1, laboratoire Sport et Environnement Social (Sens)  
et chercheur associé au Centre de Recherche et d'Inovations sur le Sport (Cris).

Unité de Formations et de Recherche-Sciences et Techniques des

Activités Physiques et Sportives (Ufrstaps)

E-mail: michael.attali@ujf-grenoble.fr

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. CARMEN LÚCIA SOARES

Faculdade de Educação e Faculdade de Educação Física

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

E-mail: carmenls@unicamp.br

Prof. Dr. JEAN SAINT-MARTIN

Maître de conférences Université Lyon 1, laboratoire Cris, EA-647.

Unité de Formations et de Recherche-Sciences et Techniques des

Activités Physiques et Sportives (Ufrstaps)

E-mail: j.saint-martin@wanadoo.fr

## RESUMO

*Entre 1945 e 1981 os governos franceses que se sucedem põem em prática múltiplas soluções que vão permitir a difusão do ensino de educação física em seu sistema educativo. Ante o crescimento contínuo do número de estudantes, os ministros da Educação Nacional, da Juventude e do Esporte não podem assegurar os horários obrigatórios, conforme mostram os números da relação nacional entre alunos e professores. Consta-se que a obrigatoriedade de 5 horas semanais de educação física foi um engodo, tendo sido mesmo suprimidas em muitos estabelecimentos. Consta-se também que os anos de 1960 revelam uma situação de contraste, levando à concessões as urgências colocadas. Porém a democratização quantitativa equitável não se produzirá senão a partir dos anos de 1970, por meio de medidas drásticas que repousam tanto sobre necessidades econômicas quanto escolhas educativas. É essa democratização que fará surgir os limites de uma gestão administrativa do ensino, da qual não se pode excluir as dimensões qualitativas.*

*PALAVRAS-CHAVE: Educação física; democratização quantitativa; esporte opcional; explosão escolar.*

Para proceder a análise histórica de uma disciplina escolar, neste caso a educação física, faz-se necessário centrar a atenção sobre duas dimensões indissociáveis. A mais comumente considerada concerne aos discursos políticos ou pedagógicos que regem seu ensino com vistas a justificar seu interesse (ARNAUD, 1983) ou, ainda, a posicioná-la no campo educativo considerando as problemáticas escolares (ATTALI; SAINT-MARTIN, 2004). Se essas posturas históricas de natureza qualitativa são indispensáveis para circunscrever o campo de ação disciplinar, elas permanecem parciais quando não são enriquecidas por uma análise quantitativa sobre as condições decorrentes do ensino de uma dada disciplina escolar (GREW; HARRIGAN, 2002). Para perceber a realidade dessa dimensão parece necessário medir o conteúdo dos discursos constantes dos relatórios, em particular àqueles que concernem aos meios disponíveis, ou seja, número de professores, número de horas efetivamente existente dedicado à disciplina e constante do tempo escolar, entre outros. O enquadramento dos professores torna-se, desse modo, um elemento essencial, sendo a condição indispensável para assegurar o efetivo surgimento desse ensino, pois, todos os discursos peremptórios não podem ter sentido, a não ser pela nomeação concreta e em número suficiente de professores de educação física em todos os estabelecimentos escolares. O princípio de sua obrigatoriedade, regularmente relembrada pelo conjunto de textos oficiais através da evocação de horários oficiais, traduz não somente a importância que lhe é atribuída pelo legislador, mas também toda a dificuldade de colocá-la em funcionamento. Essa situação remete à questão da difusão do ensino da educação física, bem como as possibilidades de seu acesso para o conjunto de alunos escolarizados, ou, em outras palavras, a sua democratização. Se antes de 1945 há uma concordância generalizada em afirmar o enorme *deficit* de professores (SAINT-MARTIN, 2005), na época da Liberação (1944) os discursos são menos unânimes e a educação física parece ser ensinada para todos os alunos que freqüentam a escola.

Na realidade, por traz das aparências, a democratização da educação física permanece uma dificuldade recorrente entre 1945 e 1981. Para elaborar esse estudo nós nos apoiaremos sobre os efetivos de professores em exercício e não sobre os postos orçados pelo governo (ATTALI, 2004) e correlacionaremos esse efetivo ao número de alunos escolarizados nos estabelecimentos de ensino secundário público<sup>1</sup>. Este trabalho permitirá definir as taxas de enquadramento desse ensino a partir das quais serão demonstradas as distorções entre as vontades institucionais e seus labo-

---

1. Ao longo do período de nosso estudo as estruturas de acolhimento evoluem em grande proporção. Elas agrupam em particular os cursos complementares; os colégios de ensino geral; os liceus e as escolas profissionais, técnicas e agrícolas. Os dados provêm dos estudos do Institute National de la Statistique et des Etudes Economiques (Insee) publicados anualmente.

QUADRO I

Anos	Número de professores de educação física (EF) <sup>2</sup>	Número de alunos do ensino secundário público	Número de alunos por professor de EF
1945-1946	//	550.700	//
1946-1947	//	580.700	//
1947-1948	//	593.600	//
1948-1949	3.746	600.900	160,4
1949-1950	3.565 (-181)	630.100	176,7
1950-1951	//	665.900	//
1951-1952	3.886	674.200	173,5
1952-1953	4.098 (+212)	711.100	173,5
1953-1954	4.179 (+81)	738.300	176,7
1954-1955	4 281 (+102)	787 500	184
1955-1956	4 481 (+200)	839 100	187,3
1956-1957	4 672 (+191)	944 100	202,1
1957-1958	//	1 035 400	//

Fonte: Instiute National de la Statistique et des Etudes Economiques (Insee).

riosos empreendimentos. Essa opção metodológica implicará, ainda, o desenvolvimento de um caminho diferenciado em função da importância dos professores que se multiplicam entre 1945 e 1981 (GIRALTY, 1996, COMPAGNON; THÉVENIN, 2001).

#### UM ENQUADRAMENTO DEFICIENTE (1945-1985)

Entre 1945 e 1958, os efetivos do ensino secundário público quase duplicaram. Essa situação traduz uma importante vontade de escolarização. A escola representa um espaço em que se deve investir, na esperança de transpor os degraus da hierarquia social (ROBERT, 1993). Apesar da pouca modificação das estruturas, o recrutamento dos professores apresenta um crescimento notável na tentativa de assegurar os horários obrigatórios do conjunto das disciplinas (PROST, 1981). Na educação física, entre 1948 e 1957, o número de professores aumenta em 19,8%. Esse aumento é, aliás, irregular, já que em 1949-1950 constata-se uma diminuição dos efetivos de professores<sup>3</sup> enquanto o número de alunos continua a aumentar. A

- Os números entre parênteses correspondem à diferença absoluta referente ao ano precedente.
- Essa diminuição deve-se à restrição de créditos e ao contexto de *épuración* que toca os professores de educação física (ATTALI, 2004). A palavra *épuración*, em português *purificação*, significa a exclusão dos indivíduos considerados indignos de pertencer a uma corporação ou a uma sociedade. Após a Segunda Guerra Mundial houve uma *épuración* relativa às supostas colaborações com os alemães.

distância flagrante da diminuição de professores em relação ao crescimento da população escolar demonstra a frágil difusão da educação física. Em conseqüência, todas as crianças escolarizadas não aproveitam esse ensino. Essa constatação confirma-se quando calculamos o quociente nacional que mostra a relação do número de alunos por professor. Assim, cada um desses professores deve encarregar-se de um número maior de alunos (de 160,4 alunos em 1948/1949 a 202,1 em 1956/1957). Dessa forma, entre 1948 e 1958, enquanto o número absoluto de professores de educação física aumenta, a taxa de enquadramento apresenta uma progressão inversa, anulando qualquer esperança de generalizar esse ensino.

Com o cruzamento das obrigações do serviço de duas principais categorias de professores a partir de 1950<sup>4</sup> e dos horários obrigatórios de ensino (5 horas), a capacidade de enquadramento de um professor de educação física e de um *mestre* de educação física eleva-se respectivamente ao número de 105 e 135 alunos. Ora, os números sobre o conjunto desse período (Quadro 1) são claramente superiores a essas estimativas e parece impossível propor um ensino equitável em todo o território francês. E, além disso, a nomeação prioritária dos professores para as zonas urbanas agrava esse fenômeno. O que ocorre com mais freqüência é a falta de um professor nos estabelecimentos rurais e o fato de a educação física não constar do emprego do tempo escolar. Portanto, a natureza dos estabelecimentos influi no oferecimento do ensino de educação física proposto. A situação no primeiro ciclo é plural: enquanto os cursos complementares oferecem um tempo de ensino médio reduzido a menos de duas horas semanais por classe, os colégios tendem a se aproximar do horário obrigatório. Quanto aos liceus, na maioria das vezes, nenhuma aula de educação física é proposta. Finalmente se percebe um ensino com velocidades diferentes em função dos estabelecimentos<sup>5</sup> e da gestão dos profissionais envolvidos, cujo número se mostra claramente insuficiente considerando as novas necessidades escolares.

4. O decreto de 25 de maio de 1950 fixa o tempo de trabalho dos professores de educação física em 17 horas de ensino obrigatório e de 3 horas no âmbito de associações esportivas; os *mestres* asseguram por sua parte um total de 25 horas (22h+3h). Os *mestres* em educação física são professores que não possuem o Certificado de Aptidão ao Professorado de Educação Física (Capeps), isto é, o diploma mais reconhecido na França para ensinar a disciplina nos últimos 4 anos daquilo que corresponde no Brasil ao ensino fundamental e o ensino médio. Os *mestres* podem ensinar educação física nas escolas, pois possuem uma competência técnica reconhecida; são geralmente excelentes atletas e possuem um diploma de licenciatura na área, diploma que é menos reconhecido que o Capeps, cuja exigência é maior.
5. Com efeito, os alunos oriundos das classes populares seguem sua escolaridade secundária em cursos complementares, enquanto aqueles oriundos de classes abastadas são inscritos em colégios ou em liceus (PROST, 1981).

## APARÊNCIAS ENGANOSAS (1958-1968)

O início do primeiro mandato do General de Gaulle é marcado por reformas escolares levadas a termo pelo seu ministro da Educação Nacional. Em 6 de janeiro de 1959, J. Berthoin estende a escolaridade obrigatória aos 16 anos, por decreto, e reforma o ensino público também por decreto. Essas medidas geram uma “explosão escolar” (CROS, 1961) cuja extensão é bem traduzida pelos números do quadro 2. Enquanto os efetivos aumentaram em média de 5,1% por ano (Quadro 1) durante os anos 1950, entre 1958 e 1968 a expectativa de crescimento teve uma média de 9,3% , com um pico de 17,2% em 1960-1961 (Quadro 2). Para combater essa grande mudança, o recrutamento de professores acelera-se. Novos estatutos são criados para engajar profissionais que não tenham obtido os diplomas até o momento necessários<sup>6</sup> e reduzir o tempo de formação (GIRAULT, 1996). A educação física não foi exceção. E M. Herzog, funcionário de alto cargo da Juventude e dos Esportes, aproveita essa situação para aumentar os créditos dessa disciplina escolar (MARTIN, 1999). No início da década de 1960, os efetivos de professores apresentam um crescimento brutal com a chegada, a cada ano, de uma legião de novos professores. Em torno de dez anos a capacidade de enquadramento aproxima-se do dobro; o crescimento anual oscila regularmente entre 8 e 10% (Quadro 2). A cada ano é recrutada quase a mesma quantidade de professores que

QUADRO 2

Anos	Número de professores de EF	Número de alunos do ensino secundário público	Número de alunos por professor de EF
1958-1959	//	1.147.600	//
1959-1960	6.059	1.268.800	209,4
1960-1961	6.674 (+615)	1.531.600	229,5
1961-1962	7.395 (+721)	1.688.900	228,4
1962-1963	8.140 (+745)	1.859.300	228,4
1963-1964	9.194 (+1024)	2.039.100	221,8
1964-1965	10.014 (+850)	2.278.700	227,6
1965-1966	10.905 (+891)	2.461.500	225,7
1966-1967	11.767 (+862)	2.557.700	217,4
1967-1968	13.030 (+1 263)	2.721.600	208,9

Fonte: Insee.

6. Em particular, os estatutos destinados aos professores adjuntos, para encarregados do ensino e para *mestres auxiliares*.

sobre o conjunto do período precedente (Quadro 1). Seria possível pensar que essas medidas suprem os *deficits* de horários. Ora, o cálculo da relação nacional entre alunos-professores demonstra que a realidade é mais complexa e nitidamente em desvantagem para o ensino da educação física<sup>7</sup>. Se o esforço é manifesto, ele não compensa a explosão demográfica que ocorre nas escolas. A situação torna-se, ainda, mais agravante, pois o número de alunos por professor atinge os níveis mais elevados entre 1960-1961, impedindo o cumprimento do horário obrigatório de educação física<sup>8</sup>.

Enquanto no período precedente a educação física podia ser suprimida em certos casos, com a sua obrigatoriedade no exame ao final da educação básica (*baccalauréat* – 5 de outubro de 1959), o Estado deve, a partir desse momento, assegurar um mínimo de ensino para todos os alunos. A circular de 14 de junho de 1960 que tornava indispensável pelo menos duas horas semanais de educação física participa, então, dessa redução de horas, evidentemente não-oficial, porém efetiva ante a urgência da situação. A média nacional de horas destinadas ao ensino de educação física ao longo dessa década firmou-se, então, em torno de 2h30. Conforme essa circular os horários que aparecem dependem do nível do estabelecimento. Submetidos às exigências dos exames feitos ao final da educação básica (*baccalauréat*), os liceus e colégios de ensino técnico propõem os maiores tempos de ensino (mais de 2h30). Os colégios de ensino secundário que acolhem as crianças oriundas das classes médias abastadas da população oferecem um tempo de 2 horas de educação física. Por fim, os colégios de ensino geral que reagrupam as categorias populares sofrem uma redução horária importante que consiste, por vezes, em menos de uma hora de educação física por classe. Finalmente durante os anos de 1960, a democratização da educação física parece conquistada, porém, sobre bases desiguais. O dinamismo dos professores<sup>9</sup>, o incentivo administrativo (MARTIN, 1999) ou as experiências de renovação<sup>10</sup> do ensino, não resistem ante a evidência de uma situação que não permite propor a todas as crianças escolariza-

---

7. A análise local confirma o paradoxo desse esforço de recrutamento, nitidamente insuficiente, ante os efetivos dos alunos escolarizados (COMBEAU-MARI, 1996).

8. Para assegurar este horário o Plano n. 5 estima ser necessário recrutar 2.800 professores de educação física em 1968, 1969 e 1970 para, em seguida, manter o ritmo de 2.000 professores por ano. Ora, os recrutamentos entre 1968 e 1972 foram de 2.860 professores.

9. Em certos estabelecimentos os professores agrupam as classes ou desenvolvem o trabalho em equipes para reduzir gastos.

10. A análise da *Revue EPS* testemunha este fato (por exemplo: COLLECTIF, 1965).

das condições de ensino equivalentes. Para a realidade vivida pelos alunos e pelos professores, as 5 horas oficiais de educação física permanecem um engodo no sistema educativo francês, tornando difícil os planejamentos pedagógicos propostos sobre esta base.

#### UMA ADAPTAÇÃO À REALIDADE (1968-1981)

A partir de 1968 o Ministério da Juventude e do Esporte instaura várias medidas voltadas aos professores de educação física com a finalidade de aumentar sua participação no processo educativo sem, necessariamente, inscrever sua disciplina no emprego do tempo semanal do ensino obrigatório. F. Missoffe, que sucedeu à M. Herzog em janeiro de 1966, considera a possibilidade de uma intervenção de profissionais não reconhecidos pelo ministério da Educação Nacional para colaborar na educação dos alunos. A última solução prevista é de uma educação física ministrada em estrutura anexa aos estabelecimentos escolares, por educadores esportivos. Sustentados por uma vontade de democratização e dirigidos por uma lógica liberal, o futuro dos professores de educação física parece estabelecer-se paralelamente à escola, tal qual ocorrera entre 1966 e 1981 quando a disciplina educação física esteve ligada ao Ministério da Juventude e do Esporte. As novas contingências econômicas bem menos favoráveis e as dúvidas a respeito dos elos

QUADRO 3

Anos	Número de professores de EF	Número de alunos do ensino secundário público	Número de alunos por professor de EF
1968-1969	14.340 (+1.310)	2.984.700	208,1
1969-1970	15.459 (+1.119)	3.255.800	210,6
1970-1971	16.536 (+1.077)	3.432.300	207,5
1971-1972	17.616 (+1.080)	3.618.500	205,4
1972-1973	18.925 (+1.209)	3.793.900	200,4
1973-1974	20.134 (+1.209)	3.850.900	191,2
1974-1975	22.088 (+1.954)	3.916.200	177,3
1975-1976	23.140 (+1.052)	3.995.900	172,6
1976-1977	23.992 (+852)	4.066.600	169,5
1977-1978	//	4.072.300	//
1978-1979	25.524	4.100.600	160,6
1979-1980	//	4.113.800	//
1980-1981	27.100	4.107.300	151,5

Fonte: Insee.

entre esporte e educação física impõem uma reconfiguração que passa, necessariamente, pelos aspectos quantitativos.

Mesmo entre 1968-1969 e 1980-1981 se percebe a rápida redução do número de alunos por professores de educação física (-27%), esse fato pode ser interpretado como a existência de melhores condições de ensino, os números apresentados ilustram (Quadro 3) uma escolha política marcada pelo rigor dos recursos financeiros. Diante do achatamento progressivo do crescimento escolar anual, os responsáveis que se sucedem privilegiam a gestão quantitativa do ensino da educação física. Finalmente, pouco importa a natureza do conteúdo de ensino; é somente a presença de um professor diante de uma classe de alunos que orienta as políticas educativas<sup>11</sup>. Todos os meios são utilizados para alcançar as normas de enquadramento julgadas indispensáveis. Já no outono de 1969, Comiti, que sucedeu à F. Missoffe, propõe aos *mestres* de educação física o aumento de salário de 50% em troca de um trabalho semanal de 27-28 horas (MARTIN, 2002, p. 60). Com suas recusas ele opta, finalmente, por uma pura e simples diminuição do horário obrigatório da educação física (circular de 9 de setembro de 1971). Essa redução drástica dos horários semeia a dúvida quanto a legitimidade institucional do ensino dessa disciplina (ATTALI; SAINT-MARTIN, 2004).

Diante dessa situação vivida pelos atores da educação física como uma negação de sua utilidade escolar, o governo insiste e remaneja, quando necessário, os estatutos escolares e encarrega-se de divulgar essas novas decisões. Com o advento dessa política, o quociente aluno-professor cai abaixo da linha dos 200 a partir do ano de 1973/1974. Mas esse resultado é obtido ao preço de importantes concessões corporativas; o governo estima, por exemplo, que cada professor pode ministrar, em média, duas horas de aulas suplementares por semana<sup>12</sup>.

O ano de 1975/1976 marca uma etapa importante dessa política de austeridade. Na metade dos anos de 1970, o esporte opcional<sup>13</sup> torna-se o modelo de organização privilegiado. Com a criação dos Centros de Animação Esportiva (CAE) (circular de 1º de julho de 1972) e no ano seguinte das Seções de Estudos do Esporte (SSE)<sup>14</sup> a lógica econômica e liberal coloca de "ponta cabeça" as posições

---

11. A multiplicação dos estatutos testemunha esse fato como, por exemplo, aquele dos professores ambivalentes.

12. Autorizadas legalmente desde 1950, essas duas horas suplementares permitem reabsorver o *deficit* de pessoal de 8,7%.

13. A circular de 5 outubro de 1973 define o esporte opcional como "a forma de opção (esportiva) praticada além das horas de educação física ministradas nos estabelecimentos escolares".

14. A circular de 15 novembro de 1973 que precisa o objetivo e a organização das novas seções de "esporte-estudos", isto é, horas de esporte no lugar das aulas de educação física, paralelamente às

dos profissionais de educação física (GOUJEON, 2000, ATTALI, 2005). Essa estratégia organiza, finalmente, a explosão demográfica da educação física que flerta, a partir daquele momento, com o campo extra-escolar. Verdadeiro cordão umbilical entre as associações esportivas civis e a educação física escolar, os CAE representa a primeira etapa da extra-escolarização da educação física.

O tempo de iniciação esportiva torna-se opcional e supre, aparentemente, o *deficit* dos horários de educação física. A circular de 25 de novembro de 1971 menciona que as horas passadas pelos alunos nos CAE, representam as “horas de esporte complementares das horas de educação física praticadas no quadro dos estabelecimentos”<sup>15</sup>. Hábil no plano administrativo<sup>16</sup> para tornar o esporte acessível a todos, essa solução aritmética defendida por J. Chaban-Delmas não resolve a crise da educação física e retoma a questão da verdadeira missão de seus professores no ensino médio.

Apesar de parecer um progresso para parte dos professores de educação física, a passagem dessas medidas em âmbito nacional não foi vista com serenidade, nem foi unânime entre o conjunto dos professores. Enquanto esta “vitória de Pirro” (MARTIN, 2002) participa bem ou mal da democratização quantitativa da educação física na escola (Quadro 3), essa propaganda pró-esporte coloca em evidência uma estratégia política cada vez mais discutida pelas organizações profissionais de professores de educação física (ATTALI, 2004).

Transformando progressivamente os CAE em Serviços de Animação Esportiva (SAE)<sup>17</sup> em 1977, P. Mazeaud e depois J.-P. Soisson dão continuidade a esse processo. O plano relançado em 31 de agosto de 1978 representa a expressão mais acabada dessa lógica que privilegia os dados quantitativos em relação às exigências qualitativas. O quadro 3 ilustra esse fato através da baixa contínua da relação numérica entre alunos-professores, uma primeira vez em 1978-79 com 5%, novamente em 1980-81 com 5%, para atingir finalmente o número de 151,5 alu-

---

demais disciplinas. Essa medida aumenta a integração oficial de educadores esportivos nas instituições escolares.

15. Após cinco meses, a circular de 24 março de 1972, prevê até mesmo transferências entre liceus e colégios de uma mesma localidade, sem, contudo, haver qualquer troca de residência para professores, cujos cargos são transferidos.
16. Todos os textos publicados depois de 9 de setembro de 1971 fazem ainda referência às 5 horas de educação física obrigatórias, pelo menos até 1975.
17. Os SAE, definidos pelas circulares de 20 março e de 10 maio de 1977, dão continuidade à obra dos CAE de um modo mais sutil, pois eles incitam os profissionais que ensinam educação física a elaborar projetos de sua conveniência.

nos por professor de educação física<sup>18</sup>. A partir daquele momento todos os alunos têm acesso a um ensino equitável, sem, todavia, prejudicar a compreensão do conteúdo da disciplina educação física cuja definição foi reduzida a sua mais simples expressão. A democratização quantitativa da educação física deve, dali para frente, estar associada às condições qualitativas sem as quais todo ensino de massa se revela destinado ao fracasso (PROST, 1992, ROBERT, 1993).

## CONCLUSÃO

Entre 1945 e 1981, as soluções governamentais para democratizar a educação física no sistema educativo francês revelam-se essencialmente quantitativas. A explosão dos efetivos escolares contraria as previsões oficiais otimistas em matéria de horários obrigatórios e leva a educação física a evidenciar um paradoxo. A melhoria lenta e progressiva do quociente alunos-professores de educação física ocorre ao preço de duras concessões que acarretam conseqüências em matéria de organização dessa disciplina, bem como de sua legitimidade escolar. A presente análise evidencia uma política fundada sobre o aumento dos recrutamentos e da redistribuição de seus profissionais, política que não impediu uma redução generalizada dos horários oficiais de educação física. Não é desprezível o papel do contexto econômico ao impedir uma explosão por demais dispendiosa do efetivo de professores, sobretudo, para uma disciplina cuja pertinência educativa é colocada em dúvida. Num período em que a escola deixa cada vez mais lugar à iniciativa individual a democratização quantitativa da educação física se traduz, nas práticas quotidianas, por uma política opcional, marcada por uma ideologia liberal e por uma gestão pragmática.

### The quantitative democratization of the French Physical Education between 1945 and 1981

*ABSTRACT: Between 1945 and 1981, the French government implemented multiple solutions to increase the scope of physical and sporting education within the French educational system. In light of the continuous increase in the number of students enrolled,*

(continua)

---

18. O plano Soisson prevê uma redução da carga horária total prevista para a Animação Esportiva (AE) de três para duas horas e um acréscimo do tempo de ensino obrigatório para o professor. Os aspectos econômicos dominam, limitando o recrutamento dos professores e privilegiando aqueles dos monitores, menos remunerados.

(continuação)

*the successive Ministers of National Education, Youth and Sports were not able to guarantee the compulsory schedules, as shown by the numbers regarding the pupil-teacher ratio. It becomes clear that the compulsory five hours of physical education per week was an illusion, and had in practice been modified in many establishments. The Sixties on the other hand reveal a contrasting situation in which urgent needs lead to concessions. However, equitable quantitative democratization begins only in the 70s, through drastic measures resting both on economic needs and educational choices. Thus, our discussion reveals the limits of a merely administrative management of teaching, from which qualitative dimensions should not be excluded.*

*KEY WORDS: Physical Education; quantitative democratization; optional sport; "the schooling boom".*

### Conseqüências y tentativas de democratización de la educación física en Francia entre 1945 y 1981

*RESUMEN: Entre 1945 y 1981 los gobernantes franceses que se sucedieron pusieron en práctica múltiples soluciones para permitir la difusión de la enseñanza de Educación Física en su sistema educacional. Debido al crecimiento continuo del número de estudiantes, los ministros de la Educación Nacional, de la Juventud y del Deporte no pudieron asegurar los horarios obligatorios, de acuerdo con los números de la relación nacional entre alumnos y profesores. Se constata que la obligatoriedad de 5 horas semanales de educación física fue un embuste, siendo suprimida en muchos establecimientos de enseñanza. Se constata aún que los años de 1960 revelaron una situación de contrastes, llevando a concesiones frente a las urgencias puestas. Sin embargo, la democratización cuantitativa equitativa no se produjo sino a partir de los años 1970, a través de medidas drásticas que reposaban tanto en las necesidades económicas cuanto en elecciones educativas. Es esa democratización que hará surgir los límites de una gestión administrativa de la enseñanza, de la cual no se puede excluir las dimensiones cualitativas.*

*PALABRAS CLAVES: Educación física; democratización cualitativa; deporte opcional.*

### REFERÊNCIAS

ARNAUD, P. *Les savoirs du corps*. Education Physique et Education intellectuelle dans le système scolaire français. Lyon: PUL, 1983.

ATTALI, M. *Le syndicalisme des enseignants d'éducation physique (1945-1981)*. Paris: L'Harmattan, 2004.

\_\_\_\_\_; SAINT-MARTIN, J. *L'éducation physique de 1945 à nos jours*. Les étapes d'une démocratisation. Paris: Armand Colin, 2004.

\_\_\_\_\_. Les enjeux des formes de mobilisation des enseignants d'EPS français dans les années 1970. *Carrefours de l'éducation*, n. 19, p. 94-108, 2005.

COLLECTIF L' Education Physique du lycée de Corbeil. *Revue EPS*, n. 75, p. 13-26, maio 1965.

COMBEAU-MARI, E. Les spécificités du recrutement des enseignants d'EPS à la Réunion (1949-1969). *Revue Staps*, n. 39, p. 57-70, fev. 1996.

COMPAGNON, B.; THÉVENIN, A. *Histoire des instituteurs et des professeurs de 1880 à nos jours*. Paris: Perrin, 2001.

CROS, L. *L'explosion scolaire*. Paris: Cuip, 1961.

GIRAULT, J. *Instituteurs, Professeurs. Une culture syndicale dans la société française (fin XIX<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècle)*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1996.

GOUJEON, Y. Le sport aux portes de l'école. In: TERRET, T. *Education Physique, Sport et Loisir, 1970- 2000*. Paris: AFRAPS, 2000, p. 185-202.

GREW, R; HARRIGAN, P.-J. *L'école primaire en France au 19<sup>e</sup> siècle*. Essai d'histoire quantitative. Paris: Editions de l'école des hautes études en sciences sociales, 2000.

MARTIN, J.-L. *La politique de l'éducation physique sous la V<sup>e</sup> République*. 1. L'élan gaullien (1958-1969). Paris: PUF, 1999.

\_\_\_\_\_. *Histoire de l'éducation physique sous la V<sup>e</sup> République, la conquête de l'éducation nationale*. Paris: Vuibert, 2002.

PROST, A. *Histoire générale de l'enseignement et de l'éducation en France*. L'école et la famille dans une société en mutation (1930-1980). T. IV. Paris: Nouvelle Librairie de France, 1981.

\_\_\_\_\_. *Education Société et politiques*. Une histoire de l'enseignement en France de 1945 à nos jours. Paris: Seuil, 1992.

ROBERT, A. *Système Educatif et Réformes*. Paris: Nathan, 1993.

SAINT-MARTIN, J. *L'Education Physique à l'épreuve de la nation (1918-1939)*. Paris: Vuibert, 2005.

Recebido: 30 maio 2006

Aprovado: 12 set. 2006

Endereço para correspondência

Jean Saint-Martin

Centre de Recherche et d'Inovations sur le Sport (Cris)

Université Claude Bernard (UFRSTAPS)

27-29 Boulevard du 11 novembre 1918

France

69622 Villeurbanne